

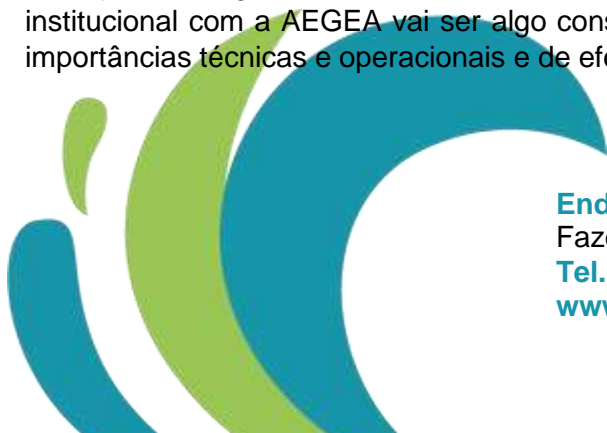


1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO**
2 **BÁSICO - 10/03/2022.**

3 No décimo dia do mês de Março de 2022, às 09h30min, o Comitê das Bacias
4 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu
5 início à 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico, não
6 presencial, via plataforma online (Teams), tendo como pauta os seguintes assuntos:
7 **ITEM 1. Abertura, apresentação e leitura da pauta; ITEM 2. Leitura e aprovação das**
8 **minutas de atas das reuniões de 22/10/2021 e 18/11/2021; ITEM3. Aprovação do**
9 **plano de trabalho da CTSB; ITEM 4. Apresentação do INEA sobre os Planos de**
10 **Contingência e Emergência das Indústrias e todas as condicionantes de todas as**
11 **empresas existentes na Bacia do Guandu; ITEM 5. Apresentação do INEA sobre**
12 **as UTRs de Queimados e Ipiranga; ITEM 6. Apresentação sobre questões que**
13 **comprometem a pesca artesanal no Rio Guandu; ITEM 7. Assuntos Gerais.** Às
14 09:30h a Secretaria Executiva informou que havia quórum e deu início a reunião, e foram
15 feitas as leituras das regras da reunião e dos itens de pauta. **ITEM 1** – O coordenador,
16 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA-RJ), cumprimentou a todos e solicitou que a
17 reunião não ultrapasse o meio dia, pois, as reuniões estão sendo extensas atrapalhando
18 assim o trabalho da secretaria executiva e dos membros. Caso haja pendência em
19 algum item o mesmo passará para a próxima reunião, o mesmo perguntou se há alguma
20 objeção, não havendo objeção deu-se prosseguimento à pauta. **ITEM 2** - Fátima Rocha
21 (AGEVAP) informou que as atas foram enviadas por e-mail e não houve contribuições.
22 Bruno Campos (IDC) disse que analisou a pauta e tem questionamentos. Ele questionou
23 o trecho que compreende da linha 59 a 72, perguntou ao INEA se a questão já foi
24 resolvida internamente e se já tem uma resposta final sobre a possibilidade do cidadão
25 ou sociedade civil ter acesso aos dados PROCON ÁGUA na internet de forma ampla e
26 restrita, pois, foi discutido e não teve uma resposta efetiva. Rodrigo Bianchini (INEA)
27 disse que com relação à disponibilização estão estudando uma forma de fazer, pois, a
28 gerência de tecnologia não definiu se coloca um link para acesso direto ou se coloca
29 um relatório com todas as informações das empresas, conforme já foi debatido em
30 reunião com o Ministério Público. Disse que atualmente não está disponível no site.
31 Bruno Campos (IDC) perguntou se há alguma previsão? Rodrigo Bianchini (INEA) disse
32 que a ideia é disponibilizar o mais rápido possível, até o primeiro semestre, pois existe
33 uma solicitação de publicidade além do Procon Água, outros itens. A gerência de
34 tecnologia do INEA está analisando uma forma de disponibilizar, pois é um banco de
35 dados que tem muitas empresas, então teria que pesquisar por nome, cnpj, estão
36 avaliando a melhor forma. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA-RJ) disse ao Bruno
37 que tem que se atentar ao horário e se tem algo a questionar sobre a ata ou direcionar
38 pergunta, se não consta na alteração da ata. Disse que pode direcionar as questões ao
39 Comitê, que o mesmo, tentará viabilizar uma resposta. Bruno Campos (IDC) disse que



40 foi exatamente o que ele fez quando direcionou o email. Ele questionou o “xx” da linha
41 77. A Secretaria Executiva fez a leitura e com a ajuda do Rodrigo Bianchini (INEA)
42 informou que a palavra em questão é credenciada. E pediu para quem tiver dúvidas que
43 aponte as linhas para as alterações serem feitas. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)
44 (ANAGEA/RJ) perguntou se há alguma objeção e se pode dar início a aprovação das
45 atas. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que há quatro inscrições de fala. Bruno
46 Campos (IDC) disse que teria uma pergunta para Gilvoneick Souza (Defensoria
47 Ambiental) em relação ao trecho que vai da linha 82 a 94, se ele chegou a encaminhar
48 o que foi sugerido, teve alguma resposta ou se disse que resolveria no particular. Foi
49 aberta fala para o Gilvoneick Souza (Defensoria Ambiental), porém, não obteve retorno.
50 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA/RJ) pediu para que o Gilvoneick Souza
51 (Defensoria Ambiental) escreva no chat. Fatima Rocha (AGEVAP) (AGEVAP) disse que
52 não houve manifestação. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA/RJ) perguntou se
53 poderia dar como aprovada a ata e seguida à chamada. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)
54 (ANAGEA/RJ) solicitou celeridade, caso alguém seja contrário que se pronuncie. Bruno
55 Campos (IDC) disse que queria sinalizar o envio de um e-mail do IDC sobre o trecho
56 que compreende da linha 14 a 34. Marcelo Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA/RJ)
57 disse que as atas são as falas dos participantes nas reuniões, e caso ele tenha algum
58 questionamento que envie para o Comitê que o mesmo irá tentar buscar as respostas.
59 Gilvoneick Souza (Defensoria Ambiental) Souza (Defensoria Ambiental) disse que
60 estava com problema no áudio, em resposta ao Bruno ele disse que o INEA tem um
61 portal da transparência. Sugeriu que o INEA disponibilizasse as informações dentro do
62 portal da transparência. Fez críticas à extensão das pautas. Após contribuições, e não
63 havendo manifestação contrária, Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA/RJ) informou
64 como aprovadas as atas e deu continuidade a pauta. **ITEM 3** - Fátima Rocha (AGEVAP)
65 fez uma breve contextualização sobre o item e passou a palavra ao Marcelo Danilo
66 (ANAGEA/RJ), o mesmo disse que o planejamento das Câmaras Técnicas está
67 baseado no plano de Bacias e também que irá haver um desembolso. Fátima Rocha fez
68 uma breve apresentação do item e disse que outras ações e assuntos podem entrar,
69 caso haja sugestões para colocar como item de pauta para o ano de 2022; José Arnaldo
70 (P.M. Nova Iguaçu) pediu a palavra, disse que gostaria de tirar uma dúvida e conforme
71 a resposta deixaria como sugestão, quando se fala Sanear Guandu está incluso uma
72 integração com as ações do novo saneamento, da nova concessão de saneamento e
73 a relação direta com aquilo que está debatendo, já está definido no plano técnico, no
74 plano diretor de investimentos? Visto que isto é a alma do negócio, ou seja, tratar o
75 esgoto a partir do investimento concessionado e o comitê da bacia do Guandu ter uma
76 ação propositiva e ativa, considerando inclusive que é membro do instituto
77 metropolitano, gostaria de entender se nesse Sanear Guandu a aproximação
78 institucional com a AEGEA vai ser algo construído para dentro desta câmara visto as
79 importâncias técnicas e operacionais e de efetiva proteção para qualidade da água dos





80 corpos hídricos que tem tanta importância para o conhecimento e para a vida
81 metropolitana, e a qualidade com a biodiversidade das duas importantes APAs que ali
82 se encontram no contexto. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) (ANAGEA RJ) fez uma breve
83 fala com base no projeto Sanear Guandu, disse que o estudo teve acompanhamento de
84 um grupo de trabalho dentro do comitê, todo o estudo foi trabalhado com base nas áreas
85 rurais e periurbanas que não são atendidas pela lei do saneamento, ele passou a
86 palavra para a secretaria executiva. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) pediu a palavra,
87 disse que a pergunta dele foi respondida e disse que é de grande importância que esteja
88 expresso este acompanhamento, pois, este é o grande motivo deste comitê; disse que
89 se agora não colocar nesta câmara técnica esse monitoramento, esta aproximação
90 daquilo que já está se dando como sucesso já que a CEDAE como concessionária com
91 os municípios não foi efetiva, agora esta nova concessionária e os municípios sejam
92 efetivos, é importante que a governança participativa das águas e até o grupo de
93 trabalho de segurança hídrica esse acompanhamento. Disse também que percebe no
94 campus uma desconexão de governança para o momento, a aproximação com o AGEA
95 para proteger o corpo hídrico porque é uma visão estratégica importante para
96 distribuição da água. Esgoto e água e água de reuso, e toda preocupação INEA e
97 CEDAE estão tendo monitoramento telemétrico das lagoas do Guandu, ninguém quer
98 vender água podre, é importante o avanço do comitê, é muito importante ter esse tema.
99 Solicitou a inclusão no plano de ação. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que
100 corrobora totalmente com a fala do José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu), disse que nesse
101 momento está contratando a empresa que vai acompanhar a execução dessas obras,
102 e a partir daí já estão pensando na questão do acompanhamento e monitoramento
103 dessas ações, de como serão alcançadas a qualidade ambiental dos rios da região. Não
104 está esquecido, tem todo um planejamento do passo a passo. Teve a concessão da
105 CEDAE e as empresas serão convidadas para apresentar o plano de ação,
106 planejamento de execução dessa constituição de obras para o saneamento da região,
107 pois, isso não há. Fátima Rocha perguntou ao Marcelo se coloca no plano de pauta, o
108 convite a essas instituições. Ele disse que sim, aproveitando a fala do José Arnaldo
109 (P.M. Nova Iguaçu) ele solicitou a inclusão. Ela perguntou a melhor forma de inclusão
110 no plano de pauta, Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que o primeiro passo seria
111 convidar as empresas que ganharam a concessão, para apresentar o plano de ações e
112 planejamento dessas as ações, ele solicitou a inclusão das duas empresas. Gilvoneick
113 Souza (Defensoria Ambiental) disse que corroborando com a fala do José Arnaldo (P.M.
114 Nova Iguaçu), sobre a CTSB que esse plano de ação se atentasse ao decreto de criação
115 0328, para definir a conservação da preservação dos corpos hídricos e os aspectos de
116 quantidade e qualidade. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que acha que conseguiu
117 entender uma parte da fala, e disse que vai de acordo com o que acabou de ser debatido
118 junto ao José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu), está tendo o acompanhamento e as
119 demandas da concessão em relação às prefeituras não são acompanhados, pois, as



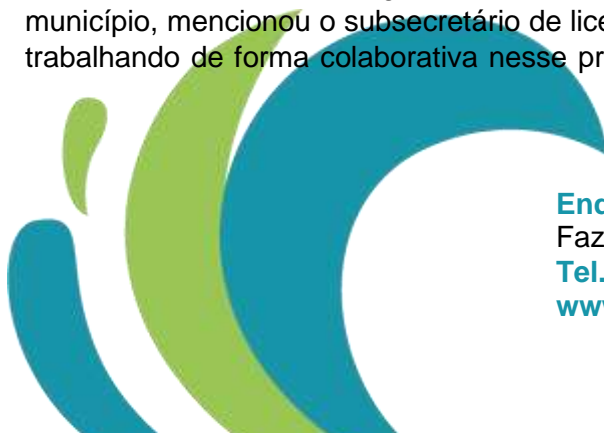


120 obrigações enquanto comitê e acompanhar a qualidade, quantitativo de água, e isso o
121 comitê tem feito, inclusive há a presença do Helio (INEA), acabou de aprovar hoje um
122 projeto de monitoramento com duração de 18 meses, e isso já é uma das funções e
123 obrigações enquanto comitê, em relação a isso não há falha. Ele perguntou se poderia
124 dar como aprovada o plano de trabalho da CTSB, perguntou se todos concordavam.
125 Não houve manifestação contrária, deu-se como aprovado. **ITEM 4.** Marcelo Danilo
126 (ANAGEA/RJ) fez uma breve fala sobre o assunto; Rodrigo Bianchini (INEA) disse que
127 essa demanda já estava na reunião do ano passado, entrou em contato com a gerência
128 de operação de emergência do INEA, setor do INEA responsável pelo acompanhamento
129 dos planos de contingência e emergência, foi informado que em função das tipologia
130 das indústrias, considerando que somente três indústrias no distrito são licenciadas pelo
131 INEA, não existe para o distrito industrial de Queimados um plano de contingência e
132 emergência. Não houve conhecimento de um plano instituído pelo município e pelas
133 próprias empresas da associação do distrito industrial. São as informações adquiridas
134 com o pessoal da emergência, em função da tipologia das indústrias do distrito
135 industrial, serem indústrias diferentes por exemplo de Duque de Caxias, indústria de
136 logística e depósito, de matéria prima, no licenciamento dessas indústrias específicas
137 do INEA não foi evidenciado a necessidade de ser implementado um plano de
138 contingência e emergência. Com relação ao outro item, das condicionantes das
139 indústrias existe um programa que foi implementado durante o ano passado, o programa
140 Alga, ele é gerenciado pela diretoria de pós licença do INEA, sugeriu que a diretoria de
141 pós licença seja convidada a apresentar o projeto sobre o programa Alga, que é um
142 programa de acompanhamento das licenças emitidas pelos municípios do entorno da
143 bacia do Guandu, envolve todos os municípios, promovendo treinamentos,
144 capacitações e também, são realizadas fiscalizações em conjuntos, troca de
145 informações, e o laboratório do INEA fica disponível, apoia os municípios no que for
146 necessário em relação às fiscalizações e esse programa é acompanhado pela diretoria
147 de pós licença do INEA, sugeriu que em um próximo momento a diretoria de pós licença
148 do INEA seja convidado a fazer uma apresentação. Disse que em virtude da agenda
149 não foi possível. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que com base no que Rodrigo
150 Bianchini (INEA) falou e no que foi apresentado no outro item de pauta das reuniões do
151 ano passado onde foi convidada a Secretaria de meio ambiente do município de
152 Queimados, após essa apresentação e com base em outras informações que tivemos
153 acompanhando o Comitê Guandu irá criar um grupo de segurança hídrica, entendendo
154 a importância da água para toda região metropolitana e para toda população do Rio.
155 Com base na fala, é exatamente isso, convidar o pessoal do projeto Alga, estão sendo
156 feitas ações de treinamento e acompanhamento das equipes das secretarias de meio
157 ambiente da região hidrográfica do Guandu, deixa como encaminhamento o convite ao
158 projeto Algas do INEA para a próxima CTSB para realizar apresentação. Tatiana Bastos
159 (IDC) disse que o item 4 não foi atendido, ainda que o programa Algas possa ser



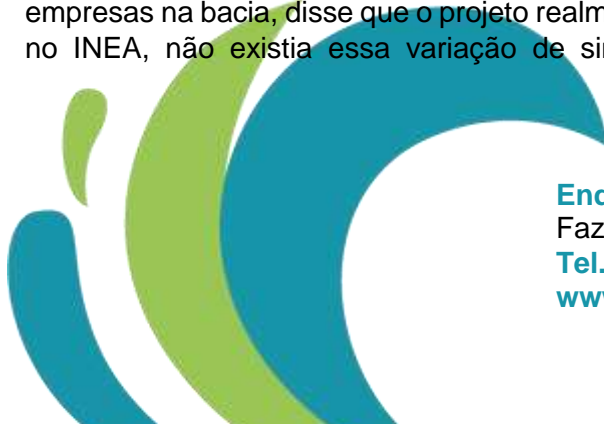


160 apresentado em outro momento, o que foi solicitado nesse momento é a apresentação
161 pelo INEA de todas as condicionantes. Na parte 2, já havia sido dito no ano passado a
162 ausência absoluta do plano de contingência e emergência das indústrias da região, e o
163 segundo item das condicionantes de todas as empresas existentes na bacia do Guandu,
164 já estava na pauta a apresentação de todas as condicionantes de todas as empresas
165 existentes, o item 4 não foi atendido; tem que ser o primeiro item da próxima reunião, e
166 um trabalho que o INEA tem que apresentar, fica surpresa não ter a apresentação, foi
167 um erro do comitê Guandu na convocação e solicitação, existem duas questões, a
168 ausência como mencionado pelo Rodrigo (INEA) e a outra o INEA apresentar as
169 condicionantes. Precisar ser levado como primeiro item na próxima reunião. Rodrigo
170 Bianchini (INEA) disse que não sabe nem se daria tempo de fazer uma reunião com
171 todas as condicionantes e empresas existentes na bacia do Guandu, pois, se for
172 apresentar todas empresas e condicionantes, cada empresa tem 20 condicionantes,
173 disse que verificará com a diretoria de pós licença. Tatiana Bastos (IDC) disse que essa
174 dúvida teria que ser prévia para ser respondida, essa dúvida teria que ter acontecido no
175 ano passado para ser respondida. Tem que ser apresentado previamente ao grupo de
176 trabalho, precisa ter acesso para gerar dúvida. Helio Vanderlei (INEA) disse que o INEA
177 deve encaminhar um ofício à Câmara técnica informando oficialmente que não há um
178 plano de contingência, justificando porque não há esse plano, baseado em que situação
179 das unidades existentes no território, as indústrias. Sugeriu que o Comitê solicitasse a
180 todas as prefeituras a lista completa de todas as empresas e todas as licenças
181 ambientais dessas empresas e também suas condicionantes, e ficaria não só a
182 apresentação do INEA, não importando a quantidade de empresas que o INEA licencia
183 nesse território, e nesse dia cada órgão municipal apresentaria sua tabela com todas as
184 empresas, o perfil, e as licenças ambientais e condicionantes dessas empresas, ficaria
185 mais claro para os membros da câmara técnica quem faz a gestão do que nesse
186 território. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que está concluindo a minuta para criação
187 de um grupo de segurança hídrica e essas demandas serão direcionadas para esse
188 grupo. É importante agregar essas informações para serem discutidas dentro desse
189 grupo, para a partir daí desenvolver toda questão da segurança hídrica para a bacia do
190 Guandu. Tatiana Bastos (IDC) disse que esse é um pedido feito no ano passado, teria
191 que ter uma apresentação do INEA com relação das empresas, está postergando algo
192 importantíssimo. Reiterou que o item 4 não foi atendido e precisará voltar como item 1
193 na próxima reunião, solicitou que o comitê solicite os licenciamentos municipais que
194 apresentem a mesma informação, tendo esses dados o GT começara com essas
195 informações, hoje já há demanda. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) disse que
196 parabeniza as falas da Tatiana, disse que esse tema da sinergia dos impactos e histórico
197 dentro do comitê, ter o órgão ambiental estadual que recebe todas as licenças do
198 município, mencionou o subsecretário de licenciamento, técnicos do setor e secretário,
199 trabalhando de forma colaborativa nesse processo. Mas, o órgão que é membro tem





200 uma força de gestão para as ações do comitê deveria fazer uma força maior, para
201 benefício. Disse que as falhas têm sido recorrentes e foi clássico na barragem, inclusive
202 a barragem o processo não foi arquivado, considerando toda essa institucionalidade do
203 INEA para o controle do corpo hídrico que e sua contribuição, disse que o Adilan deveria
204 estar mais próximo do comitê, porque é claro que quer as condicionantes associada a
205 quantidade e qualidade de água isso está no regimento interno, da atribuição. Disse que
206 há um certo protesto nesse sentido e perguntou ao Rodrigo Bianchini (INEA) se fez
207 acesso ao plano de contingência para a qualidade da água que o comitê já tem e se
208 isso afeta as indústrias citadas e lembrou que no processo de licenciamento da
209 barragem a relevância levantada pela CEDAE e acatada pelo INEA para implementar o
210 concreto na barragem, foi enorme a presença das empresas do parque industrial de
211 Queimados, parece um descompasso a fala do Bianchini em relação a um processo em
212 que ia se gastar 180 milhões para colocar um negócio dentro da água, porque o impacto
213 do esgoto e das indústrias de Queimados não pudesse afetar a região metropolitana.
214 Disse ainda que é importante que isso seja visto de forma holística para que parece que
215 uma coisa vale para um lado e parece que não vale para o outro, o levantamento de
216 contingência dessas condicionantes é extremamente pertinente e pertinente ao INEA.
217 Fez reclamação no chat e na fala que os documentos tanto desse tema quanto do
218 próximo deveria ser objeto de preocupação do comitê, senão não há análise e nem
219 tempo. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que estarão trabalhando em cima disso.
220 Andréia Loureiro (P.M. Queimados) disse que não é membro da CT, mas a pauta é bem
221 importante, reforçou a contextualização feita, valendo ressaltar sobre o plano de
222 contingenciamento para abastecimento de água do Guandu que já existe, e um
223 documento muito importante, inclusive é utilizado dele a questão de direcionamento
224 para o distrito industrial de Queimados, ele cita o distrito como um ponto importante e
225 fala de algumas diretrizes que tem que ser cumpridas, o programa Alga é maravilhoso,
226 inclusive seis municípios estão contemplados no programa que já vem fazendo uma
227 série de capacitações visitas e fiscalizações conjuntas, e está com acordo de
228 cooperação tramitando dentro dos municípios para assinar junto ao INEA para
229 formalizar o programa com os município. Diz que focar em todas as empresas que
230 existem nas bacias e em suas condicionantes é complicado, sugeriu que foque em
231 alguns municípios estratégicos, para questão de captação de água da ETA GUANDU.
232 Disse que já enviou para o pessoal do Alga que assiste no município de Queimados o
233 plano de contingenciamento para abastecimento para incluir dentro das ações para o
234 distrito industrial de queimados. É importante que o comitê coloque em prática o plano
235 de contingenciamento. Hélio Vanderlei (INEA) disse que estarão empenhados nessa
236 questão para que possa encaminhar todo documento para o comitê, a questão da
237 sinergia vai levar a diretoria, vai trabalhar nesse mapa da sinergia dos impactos das
238 empresas na bacia, disse que o projeto realmente é muito interessante e que não existia
239 no INEA, não existia essa variação de sinergia sobre os impactos gerados pelas



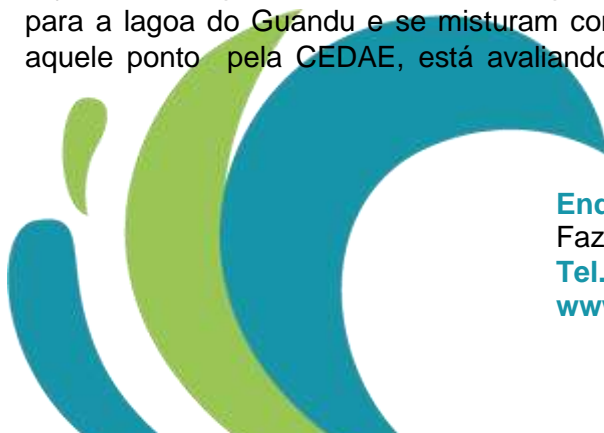


240 empresas municipais, merece uma apresentação didática, o INEA vem se movendo de
241 forma proativa na bacia Guandu e essas informações precisam ser melhores
242 apresentação e as respostas precisam ser direcionadas através de documentação para
243 que o comitê possa analisar antes de sua reunião e fazer os questionamentos
244 direcionados aos palestrantes dessas atividades previstas. Essa conversa foi positiva e
245 precisa avançar bastante no diálogo e construção e metodologia de monitoramento e
246 nos dados encaminhados ao Comitê. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) solicitou a Tatiana,
247 disse que concorda com a fala dela, e acha muito importante para todos, inclusive
248 depois de ter todos os dados e informações eles estarem disponibilizados no siga, após
249 todas as análises e todas as questões, já foi mencionado ano passado o registro e o
250 posicionamento geográfico dessas indústrias para poder ter a visão de um todo, onde
251 está cada indústria dentro da bacia. Pediu para que reestruture essa questão do item 4
252 e ao final da lista de pauta estar dando um novo encaminhamento. Tatiana Bastos (IDC)
253 concordou e disse que precisa ser o primeiro item da próxima reunião. José Maximino
254 (MPRJ) perguntou regimentalmente qual vai ser o encaminhamento caso a
255 apresentação do INEA sobre as UTRs de Queimados e Ipiranga, consuma o seu prazo
256 integral de 40 minutos terá 10 minutos de debate, o artigo 3 da resolução 162 que era o
257 objetivo dessa reunião para debater os estudos constantes do anexo 1, esses itens são
258 complexos, mencionou os itens, disse que está preocupado com o caráter participativo
259 e democrático que essa reunião deveria ter, pois, se fechar o debate com esses 50
260 minutos será uma reunião proforma de um tema super complexo, objeto de
261 questionamento pelo tribunal de contas do estado, pelo MPRJ, existe uma UTR
262 contingencial da CEDAE que talvez não esteja incluída nesta pauta, ficou preocupado
263 com o prazo de debate extremamente importante, pondera vai para o item 5 e não
264 conclua no prazo previsto, essa discussão vai ser retirada antes das implantações das
265 UTRs. Vai debater pelo tempo que for necessário ou vai dar por cumprido o item por
266 conta do horário. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que é um tema bem complexo por
267 isso pediu celeridade nos outros itens, para que pudesse ter um debate democrático e
268 de total amplitude. Concordou e disse que não acredita que vai conseguir chegar a todos
269 os itens que são necessários para estar discutindo e debatendo em relação ao tema
270 UTRs e poderia estar pensando em uma extraordinária para dar continuidade
271 exclusivamente ao item 5 da pauta. Ana Asti (SEAS) disse que como é uma pauta
272 importante, faz parte fazer quantas reuniões forem necessárias e ir construindo um
273 entendimento claro, tirando as dúvidas, não tem obrigação de ter que terminar em uma
274 reunião. Disse que está com a equipe do INEA pronta para começar o processo. Pediu
275 que fosse dado continuidade, pois, a equipe está pronta desde janeiro aguardando a
276 primeira CTSB do ano para fazer a apresentação e o que não der para terminar,
277 remarca. Precisa iniciar esse processo. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que tem
278 tido reclamações dos membros pela extensão das reuniões, por isso acordou-se junto
279 aos membros da CT que pudesse atentar ao horário. Corroborar com a fala do Dr



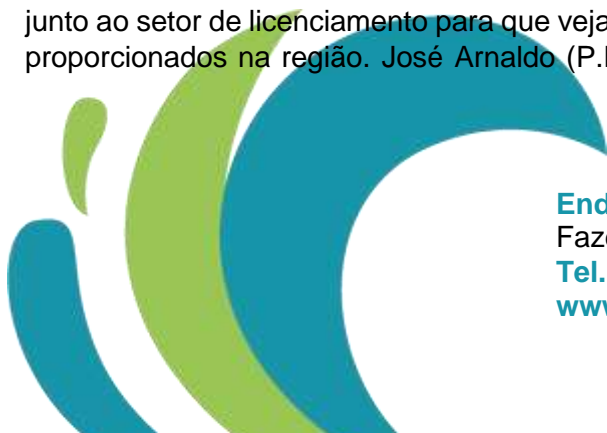


280 Maximino, já tinha a visão de pegar o item 5 e fazer uma extraordinária para debater
281 este item. Hélio Vanderlei (INEA) disse que corrobora com Dr Maximino, e que deveria
282 ser feita uma extraordinária na próxima semana exclusiva, para ganhar em qualidade.
283 Daniel Moraes (INEA) disse que estão prontos para apresentar seja qual for o tempo
284 necessário, sobre o tema que é complexo, fica a cargo da plenária qual a deliberação
285 que for, se predispõe a enviar toda documentação que já foi elaborada, e um documento
286 extenso. A apresentação de uma forma didática para todos entenderem o projeto, como
287 o projeto é grande se predispõe a enviar aos membros do comitê e da CT para avaliar
288 e se for o caso de dúvidas, apresentar outros questionamentos que por ventura possam
289 surgir em virtude da análise. Propõe fazer a apresentação de uma forma didática todo
290 o estudo que foi elaborado e submeter o envio para análise a todos os técnicos que
291 estão presentes, colocando-se disponível para qualquer que seja a deliberação. Tatiana
292 Bastos (IDC) disse que quando os itens não são cumpridos tem que voltar para a pauta,
293 sugeriu que o INEA faça uma apresentação do que será encaminhado, para dar
294 ferramentas para análises dos documentos que serão encaminhados e na próxima
295 reunião traz o complemento do item 4 e do item 5. Caso não, de marcar outra reunião.
296 **ITEM 5.** Equipe DIRAM do INEA, João Rocha (Gerente de projetos) e Ricardo
297 (engenheiro e gestor do contrato das UTRs que estão executando), iniciaram a
298 apresentação do material que será encaminhado. Realizaram a apresentação. Fátima
299 Rocha (AGEVAP) informou abertura das inscrições de fala. Tiago Chagas (FURNAS)
300 perguntou qual é a legislação que rege como deve ser o influente as concentrações do
301 afluente, para a UTR tem uma específica? Ricardo Oliveira (INEA) disse que a princípio
302 não existe uma legislação específica para UTR, há alguns parâmetros que precisam ser
303 definidos, há parâmetros de referências das outras estações de tratamento de rio que
304 estão em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, no desenvolvimento da
305 elaboração do licenciamento ambiental está sendo colocado a importância de ter esses
306 parâmetros definido para a UTR do Guandu. É variável pois depende do corpo hídrico,
307 que no caso está tratando rio, mas lá na frente interfere porque depois que chega na
308 captação de água, vários aspectos estão sendo levantados e deve ser definido antes
309 da emissão das licenças e das condicionantes. Tiago perguntou se o atingimento seria
310 por porcentagem de remoção. Diego respondeu que não e porcentagem de remoção.
311 Tem uma concentração máxima que pode ser lançada, dados essas limitações a UTR
312 tem que entender. Não pode ultrapassar a concentração máxima da licença que será
313 dada, porém, ainda não há dados fixados. Tiago Chagas (FURNAS) perguntou quem
314 determina então é a licença? Diego afirmou e Ricardo Oliveira (INEA) disse que o
315 próprio INEA órgão fiscalizador, Hélio Vanderlei (INEA) complementou que o INEA
316 enquanto segurança hídrica está avaliando bastante os indicadores que deseja que
317 sejam tratados pela UTR, como os Rios queimados e poços, Ipiranga e Cabuçu drenam
318 para a lagoa do Guandu e se misturam com a água do Rio Guandu é captada pelo
319 aquele ponto pela CEDAE, está avaliando qual melhor tratamento para reduzir os



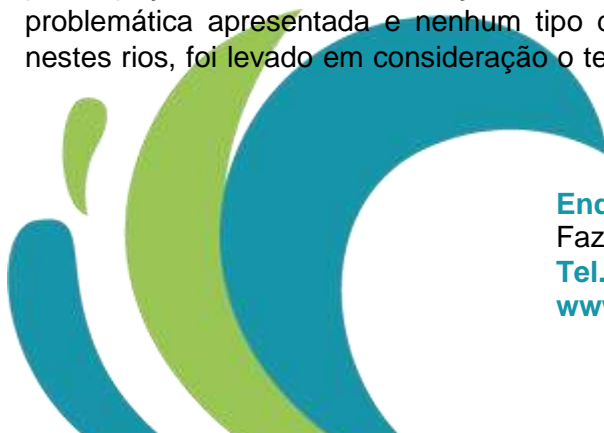


320 indicadores que tem de nitrato, alumínio, enfim avaliando e adequando as diretrizes
321 definidas pelas equipes técnicas para que possam funcionar de acordo com as
322 deliberações , serão encaminhados todo material para avaliar o que quer de redução. A
323 UTR do Guandu está sendo construída para reduzir a carga orgânica que vem dos
324 municípios para a lagoa do Guandu, que é um poluente que compromete o surgimento
325 de células bactérias, algas e a famosa geosmina. Então estamos discutindo o
326 licenciamento, definição dos parâmetros e vamos encaminhar para que todos possam
327 ler e entender para que na próxima reunião possa questionar por pontos. O UTR não
328 tem objetivo de entregar uma água potável ao corpo hídrico mas uma água de melhor
329 qualidade para que possa chegar na lagoa do Guandu, melhorando a qualidade da água
330 do Guandu, onde tem a pesca artesanal, atividades de lazer e etc. Tiago (CEDAE)
331 complementou que o INEA e CEDAE estão em conversa em conjunto para chegar no
332 ponto ótimo de operação; Tatiana solicitou que sejam incluídos os ofícios de
333 adequações já existentes do plano executivo; Adacto Ottoni (UERJ) questionou que não
334 houve estudo de alternativas, questionou o porquê fazer a UTR e se não existe outra
335 solução técnica. Solicitou que fosse apresentado pelo INEA o estudo hidráulico. Daniel
336 Moraes disse que há estudos, já houve reuniões em audiência pública na ALERJ com
337 o MP e no material apresentado há os estudos. O primeiro estudo fala sobre as UTRs
338 com capacidade de tratamento menor em afluentes desses Rios, as montanhas
339 próximas às cidades. Concluiu que é viável, porém fica mais cara que a proposta
340 baseada. Disse que o processo de licenciamento quando é analisado o projeto, leva em
341 consideração várias vertentes tais como: inundação o setor responsável e o de
342 hidráulica do INEA, poluição de rios, monitoramento da ictiofauna e uma condicionante
343 da autorização ambiental, quando coloca a projeção de elevação de cota da UTR na
344 região onde será colocado, é porque houve um estudo ideológico e uma simulação
345 hidráulica para analisar o comportamento do rio, em uma eventual cheia. As questões
346 estão sendo estudadas, há perda de carga, existe uma espécie de barramento no rio
347 em função de uma cheia, os efeitos são minimizados com uma estrutura flutuante, isso
348 que está sendo levado em consideração e é exigido pela parte licenciadora do INEA.
349 Os parâmetros e laudos o setor de licenciamento vem exigindo ao INEA , qual resultado
350 que o INEA está tendo quando injeta sulfato de alumínio e retira o lodo, e qual o
351 resultado em relação ao sulfato dissolvido na água. Os parâmetros e qualidade da água
352 que e de saída pós tratamento da UTR tem sido monitorada com águas e amostras in
353 loco. Há necessidade de haver um monitoramento pós instalação das UTRs full time
354 para ver o ganho entre água de entrada e de água de saída das UTRs para verificar
355 qual a eficiência. Hoje está sendo feito um monitoramento em uma amostra (planta
356 piloto) com água retirada no Rio Poços colocado na ETA do Guandu, esses resultados
357 / ensaios estão sendo levados ao laboratórios , e os laudos estão sendo apresentados
358 junto ao setor de licenciamento para que veja de fato os ganhos que porventura irão ser
359 proporcionados na região. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) manifestou preocupação



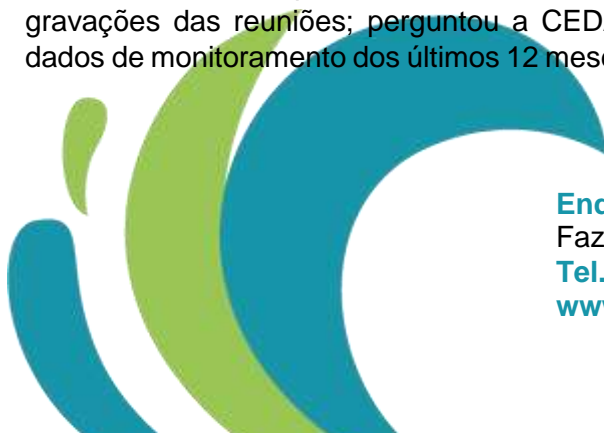


360 em relação a ação de tratamento do lodo e destinação e transporte deste. Perguntou se
361 há entendimento para licença de obra. Daniel (CEDAE) - disse que o manancial é
362 importante, abastece 9 milhões de pessoas. Foi feito um trabalho interno de uma matriz
363 comparativa para ver as necessidades e soluções. Disse que o tempo é uma questão
364 primordial, pois, é possível janela de crise de geosmina e outros possíveis acidentes
365 que podem ocorrer. As UTRs vieram como uma boa solução no prazo e em lugares que
366 conseguem visualizar o efeito dela sobre o meio ambiente. É uma solução aplicada no
367 momento, para gerar benefícios. Disse que a operação mensal é de 1 milhão e
368 novecentos mil, a economia que gerará ao Guandu será superior a esta. Gilvoneick
369 Souza (Defensoria Ambiental) Souza (Defensoria Socioambiental) - questionou qual o
370 processo de colocar em prática o decreto de criação do Comitê, que é mudar para
371 melhor a qualidade hídrica daquela bacia. Porque não prioriza as ações que de fato
372 mude o processo. Adacto - solicitou do INEA alguns itens no licenciamento ambiental
373 deste empreendimento, que o INEA pudesse se comprometer em analisar, avaliar e
374 acatar. São os Itens: após a implantação da UTR constate que o teor de alumínio
375 dissolvido na entrada da tomada de água da CEDAE aumentou e suplantou o limite da
376 resolução 35, o que será feito? vai interromper a operação da UTR, e o que solicita;
377 Outro item e a obrigatoriedade independentemente deste monitoramento proposto de
378 coletar amostra . colocar sensores multi parâmetros a montantes da grade pegando
379 água do rio antes da grade para avaliar PH, condutividade, turbidez e na saída da UTR
380 antes de jogar fora no Rio medir os mesmos, para avaliar a concentração de sulfato de
381 alumínio, pois, se ela não for adequada pode ter variações na turbidez que o
382 monitoramento previsto não vai avaliar, deve ser monitoramento contínuo e
383 transparente para a sociedade e, que seja monitorada a biodiversidade do Rio a
384 montante e na saída da estação, se houver constatação que a biodiversidade for zero,
385 ou seja, que a biodiversidade do Rio que passou pelo sistema de tratamento e pode vir
386 a ser aniquilado, prejudicada , que seja interrompido automaticamente a estação de
387 tratamento da UTR. Daniel Moraes (INEA) disse que pode ser feito esses laudos e
388 monitoramento full time, hoje já há dados, hoje na água bruta do rioja há concentração
389 de sulfato de alumínio em sua composição, e elevado e nesse tratamento do projeto
390 piloto observa-se a redução de metais dissolvidos na água. Helio (INEA) completou que
391 não vê problema em ser feito o monitoramento, este monitoramento será feito no projeto
392 de pesquisas, com um estudo completo e transparente. Vitória Rosa - perguntou porque
393 houve contratação da empresa sem que outras empresas e outras tecnologias fossem
394 apresentadas. Daniel Moraes (INEA) disse que a vertente que está sendo implantada e
395 discutindo sobre UTRS e pelo fato desses Rios estarem contribuindo com vazões para
396 a tomada de água para a CEDAE, ou seja, água que são consumidas. Por isso a
397 preocupação full time em relação ao tempo, pois, precisa dar uma solução à
398 problemática apresentada e nenhum tipo de poluição nem deveria estar chegando
399 nestes rios, foi levado em consideração o tempo e a eficiência do tratamento da água





400 que chega na lagoa do Guandu que por consequência chega na tomada de água da
401 CEDAE que abastece toda a região metropolitana. A tomada de decisão pelas UTRs foi
402 tentando chegar na variável que fosse eficaz dentro das limitações existentes, em
403 virtude da necessidade de urgência que necessita o manancial do Guandu. Maximino -
404 perguntou em relação sobre a autorização ambiental e a lie, pois, o próprio parecer do
405 TCE aponta que a UTR contratada pela CEDAE tem a finalidade pretendida de tratar o
406 lodo da ETA ao passo que a UTR contratada pelo INEA tem finalidade que está sendo
407 discutida na reunião. Por que o INEA ao requerer a lie não solicitou uma licença de pré-
408 operação. Porque a autorização ambiental saiu na frente e a lie ficou pendente. Será
409 licença ambiental integrada que será concedida da UTR “do INEA”. O caráter
410 emergencial que justificou a autorização ambiental para implantar as UTRs persiste,
411 existe um laudo afirmando que está na mesma situação de 2020 e 2021? Se o INEA
412 não obteve a lie, e a CEDAE obteve a autorização ambiental, no que foram pagos os 22
413 milhões? Artigo 5 e a operação a longo prazo. Daniel Kumura (CEDAE) - respondeu
414 que houve extensão do período chuvoso, a emergência independente de estar fazendo
415 o bombeamento a solução das boias, e uma questão importante seja para o fato não só
416 para inibir a geosmina, questão da proliferação das endotoxinas e do aporte de esgoto
417 industrial que tem na região. Hoje o cenário fático que existe a caracterização da
418 emergência, a solução do bombeamento e uma diluição e a questão do sonar e um
419 controle da proliferação exacerbada da alga, no momento está sendo combatido o
420 aporte de nutriente que é o principal fator para o desenvolvimento daquele tipo de
421 espécie de bactéria, e o fator preponderante para eventual floração e eventual stress
422 hídrico seja para o Rio de Janeiro seja para o sistema lagunar das espécies que ali
423 vivem. A qualidade da água é o foco principal. A lie foi concedida para o lodo do
424 Guandu, a autorização ambiental e uma antecipação, ela tem todos os condicionantes
425 de uma lie, para a questão da UTR Poços e Queimados e tão restritiva quanto do
426 licenciamento ambiental para evitar que deixe janela para a geosmina, proliferação, para
427 não causar o caos no abastecimento. A parte CEDAE está sendo financiada pela própria
428 CEDAE. Maximino perguntou sobre a operação futura, Daniel respondeu que
429 tecnicamente e economicamente para a CEDAE é vantajoso, não descaracteriza a
430 questão de ser as concessionárias responsáveis pelo esgotamento está falando sobre
431 uma estrutura de defesa, pois tudo que acontece a montante, essa estrutura a CEDAE
432 por segurança de sua operação pode querer manter para ter o controle da água que
433 será distribuída. Adacto - sugeriu que o bombeamento que está sendo feito pela CEDAE
434 na lagoa do Guandu, que possa monitorar os prismas de velocidade para garantir que
435 tenha uma higienização da velocidade, pois, reduzirá a eutrofização. Evitando levantar
436 o lodo para não ter uma qualidade ruim para a tomada de água. Daniel disse que tem
437 monitorado a ressuspensão do fundo. Thompson - disse que gostaria de ter acesso a
438 gravações das reuniões; perguntou a CEDAE porque não estão disponibilizando os
439 dados de monitoramento dos últimos 12 meses da lagoa do Guandu, perguntou também





440 sobre o foslok, quantas toneladas a CEDAE já lançou na lagoa? Disse que o alumínio
441 já aparece com valores elevados na água potável distribuídos nos bairros de bom
442 sucesso e freguesia, em amostras medidas em 24 de março de 2021, ou seja, lançar
443 alumínio não parece ser uma medida sensata, essa água que será distribuída para 9
444 milhões de habitantes. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ), disse que as gravações devem
445 ser solicitadas por meio de e-mail diretamente à secretaria executiva. Daniel Okumura
446 (CEDAE) - sugeriu que as dúvidas sejam elaboradas por escrito e enviadas à
447 companhia, por não estar na pauta. Thompson disse que não mandara questionário
448 para a CEDAE, por se tratar de um dado básico. (2:57) Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)
449 sugeriu que oficialize a informação diretamente à companhia, pois não é um item de
450 pauta, porém é importante. Deixou como encaminhamento para complementar o item
451 discussão da UTR na próxima reunião extraordinária. Daniel Okumura (CEDAE) - disse
452 que desde o início da gestão dele não foi aplicado dose de lantânio na lagoa. Gilvoneick
453 Souza (Defensoria Ambiental) perguntou se a apropriação da CEDAE do Rio afeta a
454 ictiofauna ou não e quando foi deliberado dentro do comitê. Helio (INEA) - disse que o
455 INEA autorizou 272.3 toneladas, para ser lançado no corpo hídrico e monitorado com
456 relatórios cobrados a CEDAE. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) solicitou a Secretaria
457 Executiva dar encaminhamento de continuar o item 5 em uma reunião extraordinária a
458 ser agendada para prosseguir o debate e, os demais itens pendentes (4 e 6) encaminha
459 para a próxima ordinária CTSB, dado que há um debate e uma urgência devido a
460 operacionalização Perguntou se todos estão em conformidade. Solicitou que Fátima
461 Rocha convidasse a cada instituição presente nominalmente. Fatima Rocha (AGEVAP)
462 fez a chamada para votação de adiamento dos itens 4 e 6 para próxima reunião ordinária
463 e o item 5 para uma R.E. específica. Iniciou a votação e, foram 4 votos favoráveis para
464 o adiamento destes itens: Tiago Chagas (Furnas), Mayná Coutinho (CEDAE-Saneam.),
465 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ), Rodrigo Bianchini (Inea), e uma abstenção: Bruno
466 Campos (IDC). Com 5 votos favoráveis, a R.E ficou definida para ser realizada no dia
467 30 de março de 2022 às 09:30h: Tiago Chagas (Furnas), Mayná Coutinho (CEDAE-
468 Saneam.), Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ), Rodrigo Bianchini (Inea), Bruno Campos
469 (IDC). O coordenador finalizou a reunião às 13h20min. Solicitação 1 – Convidar equipe
470 do Projeto Algas (INEA) para apresentar em abril, suas ações sobre monitoramento e
471 acompanhamento das fiscalizações das indústrias junto as secretarias de meio
472 ambiente; Solicitação 2 – Encaminhar ao GTTISH as discussões sobre os planos de
473 emergência e licenciamento das indústrias; **Encaminhamento 1** – Adiar o item 4 como
474 primeiro item de pauta da próxima RO CTSB: Apresentação do INEA sobre o Planos de
475 Contingência e Emergência das Indústrias e todas as condicionantes de todas as
476 empresas existentes na bacia do Guandu;. **Encaminhamento 2** – Adiar o item 6 para a
477 próxima RO CTSB: Apresentação sobre questões que comprometem a pesca artesanal
478 no rio Guandu; **Encaminhamento 3** – Agendar RE CTSB para 30/03 às 09:30h, com



